



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 9, NÚMERO 4 | OUT-DEZ 2020

ALGUMAS NOTAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA NOÇÃO DE *SUJEITO* EM ANÁLISE DE DISCURSO



NOTES ON THE CONSTITUTION OF THE NOTION OF *SUBJECT* IN DISCOURSE ANALYSIS

Gustavo Haiden Lacerda
Universidade Estadual de Maringá, BRASIL

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 08/06/2020 • APROVADO EM 01/08/2020

ABSTRACT

In this text, we draw a possible course to the constitution of the *subject* as it is conceptualized in French Discourse Analysis (AD). From Descartes to Althusser, going by Freud and Lacan, up until Pêcheux's interventions, we understand that this notion brings along a profound heterogeneity/alterity as it establishes itself within the discursive studies. This text is not a study on the current status of the concept, but it takes a perspective look upon its historical constitution. We comprehend that, regarding the *subject* in AD, it entails a resonance in concepts and assumptions originated in different knowledge fields, which, in a way, enriches AD's conceptual framework and, in other ways, complexifies its theoretical woof, claiming for discussion.

RESUMO

Neste texto, traçamos um possível percurso sobre a constituição do conceito de *sujeito*, tal como se apresenta em Análise de Discurso (AD). De Descartes a Althusser, passando por Freud e Lacan, até as intervenções de Pêcheux, entendemos que essa noção traz consigo uma heterogeneidade/alteridade profunda ao instalar-se e ser desenvolvida nos estudos discursivos. Não se trata, neste artigo, de um estudo do estatuto do conceito na contemporaneidade da disciplina, mas de um olhar perspectivo e histórico para sua constituição. Compreendemos que falar em *sujeito* para a AD acarreta uma ressonância em conceitos e pressupostos movimentados em distintas áreas do conhecimento, que, de um lado, enriquece o arcabouço conceitual da AD, e, de outro, complexifica a sua trama teórica, demandando reflexão.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Subject. Discourse Analysis. Psychoanalysis. Historical Materialism.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito. Análise de Discurso. Psicanálise. Materialismo Histórico.

Texto integral

1 UM INÍCIO POSSÍVEL: UM COMEÇO PARA O SUJEITO?

Ainda que atravessado por um efeito de obviedade, é sempre oportuno começar por um começo (!). Dispondo-nos a tratar do *sujeito*, optamos por dar início a este texto trazendo à tona uma origem de tal conceito. Nem sempre nos referimos ao ser humano como indivíduo, pessoa humana, sujeito. Na verdade, todas essas noções têm uma história de constituição. A história do sujeito – particularmente naquilo que atingirá a Análise de Discurso, dos anos de 1960 em diante – pode ser traçada ao século XVII, no campo da Filosofia, mais precisamente na obra de René Descartes.

“Penso, logo existo” (*Cogito ergo sum*) (DESCARTES, 1996 [1637], p. 38): tal é a definição basilar do conceito de sujeito na visão cartesiana, o “primeiro princípio da filosofia” (idem, p. 38). Entendido como ser pensante, o sujeito, para Descartes (1996), existe em função de seu pensamento, cuja propriedade substancial é ser dotado de razão, que “está inteira em cada um” (idem, p. 6), ou seja, existe da mesma forma em todos os seres racionais.

A atualidade de sua existência está diretamente vinculada ao ato de pensar; ou melhor, ao ato de *pensar sobre o pensar*, de saber que pensa. A capacidade de refletir sobre o próprio pensamento seria aquilo que diferenciaria o Homem dos demais animais: aquele seria o único ser *racional*, que pensa e sabe disso, “ao passo que, se apenas eu parasse de pensar, ainda que tudo o mais que imaginara fosse verdadeiro, não teria razão alguma de acreditar que eu existisse” (idem, p. 38). Desse ângulo, o ato de duvidar do pensamento atesta que existimos, que *somos*. Fundando o sujeito da experiência (e da ciência), Descartes (1996) estabelece o pensamento como ponto irredutível, a partir da dúvida, para então poder proceder com suas reflexões, de tal forma que tudo aquilo que analisa e conclui tem como base o princípio de que, antes, “penso” e “existo”.

Descartes faz o elogio da *dúvida metódica*, ponto basilar da ciência como a conhecemos, a partir de um trabalho sobre hipóteses que demandam confirmação. É do filósofo a seguinte afirmação: “eu reputava quase como falso tudo o que era apenas verossímil” (1996, p. 12). Nessa passagem, evidencia a necessidade em seu modo de pensar concedida à atitude de olhar além daquilo que parece (verossímil) e daquilo que ele próprio chama de “senso comum”. Desviando de certos “erros” e buscando uma “luz interior”, acreditava que seria capaz de “ouvir a razão” com mais exatidão (idem, p. 14).

Seu método de dúvida não é “cético”, porque não objetiva vagar entre afirmar e negar, mas busca argumentos para o falso ou para aquilo que ainda é insuficientemente verdadeiro de se afirmar. Não é um “duvidar por duvidar”, mas procurar certezas mais seguras, pois “nunca meu propósito foi mais do que procurar reformar meus próprios pensamentos e construir um terreno que é todo meu” (idem, p. 19). Começa por duvidar de suas crenças, visando a um conhecimento mais “verdadeiro” sobre as coisas, daí o princípio: “nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito” (idem, p. 23), método que o beneficiava ao dar certeza “de usar tem tudo minha razão, se não perfeitamente, pelo menos da melhor forma em meu poder” (idem, p. 26).

Entendendo o *pensamento* como uma operação da vontade, do entendimento e da percepção, sendo que “não há nada que esteja inteiramente em nosso poder, a não ser os nossos pensamentos” (p. 30), o filósofo ainda preservava o “*desejo* de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro em minhas ações, e caminhar com segurança nesta vida” (idem, p. 14, *grifo nosso*). Nesse momento, acusa seu *desejo*, para fazê-lo calar na “segurança do verdadeiro” na ciência. O próprio Lacan (2003) afirmará que é o desejo de Descartes que funda a ciência, ou seja, ela é oriunda do desejo de um sujeito, desejo que ela própria faz calar.

É relevante entender algo das condições históricas de produção do pensamento cartesiano, particularmente a submissão ao discurso religioso que vigorava. Inserido logo no início da Era Moderna, Descartes frequentemente evoca Deus como garantia de seu pensamento, afirmando: “as verdades da fé [...] sempre foram as primeiras em minha crença” (p. 33). Mas o que é importante de destacar nisso é a necessidade histórica de pensadores dessa época submeterem-se à doutrina da Igreja, sob o risco de serem punidos (como o conhecido caso da acusação de Galileu, por seu *Sistema do mundo*). Por isso, o próprio entendimento de sujeito cartesiano está ainda preso a uma visão de mundo regida por princípios divinos, ainda que já comece a apontar para o desenvolvimento científico dos séculos XVII e XVIII.

Comentando a obra de Descartes, Vorsatz (2015) argumenta que o filósofo francês é o responsável pela sistematização inicial da ciência na Modernidade, operando um corte por meio do *cogito*, que funda, a uma só vez, ciência (“penso”) e sujeito (“sou”). O que ocorre é a decisão de foracluir o sujeito de seu projeto científico, pelo fato de ele (o sujeito) interferir na malha homogênea da ciência, como visionada por Descartes (VORSATZ, 2015). Assim, em Descartes, o sujeito é feito “*res cogitans*” (coisa que pensa; objeto pensante) antes de se assumir como sujeito de

seu pensar. Nas palavras de Vorsatz (2015), o sujeito produz um corte, mas este é imediatamente suturado; “nasce” apenas para ser deixado de lado.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, o pensamento cartesiano sustentará, em diferentes níveis, toda a produção científica. Será na segunda metade do século XIX que três expoentes de suas áreas irão contestar, sob diferentes enfoques, a ideia de um sujeito dono de suas vontades; sendo eles: Friedrich Nietzsche, Karl Marx e Sigmund Freud.

Nietzsche (2004 [1886]), no campo da Filosofia, desenvolverá uma série de críticas à visão de um sujeito como unidade autônoma. Um dos objetivos centrais de sua empreitada filosófica é desfazer os vínculos que atam o sujeito à metafísica, de uma subjetividade atrelada à consciência ou à substância, colocando em xeque a ilusão de suficiência de um ser que se acredita como causa de si. Segundo o filósofo, outrora, “acreditava-se na ‘alma’ como na gramática e no sujeito gramatical: afirmava-se que ‘eu’ é a condição, ‘penso’ é o predicado e o condicionado, o pensar é uma atividade para a qual é preciso imaginar um sujeito como causa” (NIETZSCHE, 2004, p. 65). É precisamente em direção oposta a essa tendência que Nietzsche proporá o sujeito como além e aquém de um “eu”, que não passa de um instrumento para as necessidades ditadas pelo “*selbst*” (“si-mesmo”), que, em certa medida, faz lembrar a hipótese freudiana para o inconsciente.

Do lado dos estudos da História, Marx (1982 [1848]) emergirá como figura crucial, conferindo ao Homem um caráter histórico, na medida em que funciona como um suporte de uma estrutura socioeconômica. Para a proposta marxiana, os homens são sujeitos *na* história, sujeito aos movimentos inerentes da história, cujo motor é a luta de classes. Destaca-se também a possibilidade de o sujeito se reconhecer na revolução, ao buscar romper com a estrutura social vigente, passando de sujeito histórico passivo para um sujeito revolucionário (ainda que a revolução não parta de sua vontade, mas de formas históricas concretas). Oscilando entre as ações dos homens e suas determinações, é esclarecedora a afirmação de que os “homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade [...], mas em circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas” (MARX; ENGELS, 1982, p. 417).

E então Freud (1996 [1933]), fundador da Psicanálise, virá a colaborar com uma descentralização da independência do sujeito humano frente às demandas do mundo e às suas próprias ações. Evidentemente, sua descoberta do *inconsciente* é a que mais se destaca, pois reconfigurará a própria noção de *pensamento*, fortemente constrangida pela totalidade da consciência. Postulando o funcionamento de um pensamento inconsciente, Freud (1996) foi capaz de dar um estatuto racional (ou estrutural, futuramente explorado por Lacan) ao inconsciente. Analisando os sonhos, como momento de manifestação inconsciente, o psicanalista afirma que não se trata de uma ação de pensamento consciente do sujeito, mas que ainda assim existe alguma forma de pensamento, donde a conclusão de que *isso pensa* no lugar do sujeito, que, conseqüentemente, exigirá do sujeito uma responsabilização de seu inconsciente, no sentido de tomar uma posição frente a seu próprio desejo. E, dessa forma, lá, onde isso estava, *eu* devo advir. *Wo es war, soll Ich werden*: “Onde estava o id [isso], ali estará o ego [eu]” (FREUD, 1996, p. 55).

É Freud quem chama o sujeito de volta para casa: o inconsciente. Dando escuta à sua fala, a psicanálise freudiana permite ao sujeito significar sua existência,

contrapondo-se à visão cartesiana, que vislumbra o sujeito apenas para colocá-lo fora de seu projeto. Contudo, será em Lacan, já na segunda metade do século XX, em sua releitura da obra de Freud, que o sujeito voltará com peso e densidade.

2 ENTRE O SIGNIFICANTE E O DESEJO: O SUJEITO EM LACAN

Em sua exploração dos trajetos trilhados e apontados por Freud, Lacan (1985; 1996; 2003) evidencia uma preocupação em conferir ao inconsciente um caráter de *estrutura*. Durante sua produção teórica, o autor mostra seu interesse em explorar o território aberto pela psicanálise freudiana, mas fará isso investindo contudentemente em uma aproximação (concomitante a um deslocamento) com os estudos da Linguística, para justamente entender o sujeito em função de sua ligação com a linguagem.

Em seu *Seminário 9* (1961-1962), Lacan (2003) retoma a máxima cartesiana “penso, logo existo”, para em seguida criticá-la, apontando para suas limitações. O que propõe Lacan (1998, p. 521) é o caminho inverso: “sou onde não penso; penso onde não sou”. Não se trata, contudo, de um mero jogo de palavras, embora o trabalho sobre o significante, na forma de trocadilhos, seja característico da obra lacaniana. Ao postular que o sujeito só pode surgir no lugar em que não pensa, Lacan (2003) está enfatizando a instância inconsciente como modo de existência do sujeito, sua sempre provisória morada. Ainda que tomando como ponto de partida a visada cartesiana, o gesto lacaniano é de ruptura. Conforme Vorsatz (2015), o *sujeito* é o ponto de encontro entre Ciência (Descartes) e Psicanálise (Freud, Lacan), mas principalmente o ponto de desencontro, abrindo para caminhos dissimétricos e antagônicos.

Como um dos precursores do movimento comumente referido como *estruturalismo*, Jacques Lacan representou uma virada dentro do próprio estudo psicanalítico, em especial por relacionar *inconsciente e linguagem*, ambos vinculados por seu caráter de *estrutura*. O aspecto estrutural do inconsciente não deve ser entendido como uma determinação pré-programada, mas como um circuito de repetição (da demanda), na qual se inscreve o sujeito, entre significantes. Na verdade, o inconsciente se define enquanto o “discurso do Outro” (LACAN, 1998, p. 529) e é partir de sua identificação ao discurso do Outro que o sujeito emergirá.

Avançando na perspectiva lacaniana em torno do *sujeito*, é importante deixar claro que qualquer tentativa de resumir a obra lacaniana em uma seção de um artigo seria muita presunção. O que se pode fazer é, em meio a uma densidade teórica não raro hermética, buscar alguns conceitos basilares, na tentativa de elucidá-los e de relacioná-los. É o que propomos aqui. Para o presente texto, portanto, selecionamos dois conceitos desenvolvidos por Lacan (1998; 2003; 1985) que podem trazer luz sobre o estatuto do sujeito em sua perspectiva. São eles: *significante* e *desejo*. O recorte desses dois pontos nodais do pensamento de Lacan deve-se, principalmente, pela opção que fazemos em comentar duas definições do psicanalista francês para o que é um *sujeito*.

A primeira definição, quase clichê pela recorrência, é a de que um sujeito é o que um significante representa para outro significante (LACAN, 2003). Em

referência direta ao trabalho do linguista Saussure, Lacan (2003) relembra que a inauguração da Linguística, enquanto ciência, foi fortemente determinada pela definição de um objeto para tal disciplina: a língua como um conjunto de signos. O que marca, entretanto, o trabalho do psicanalista francês é redefinir o *significante*, diferenciando-o do signo saussuriano: “se o signo representa algo para alguém, o *significante* é articulado de outra forma, *representa o sujeito para um outro significante*” (LACAN, 2003, p. 136, *grifos nossos*).

Diante disso, tentemos entender melhor do que se trata o *significante* no modo como é abordado por Lacan e seu papel na emergência do sujeito. O paralelo entre o *significante* (Lacan) e o signo (Saussure) é principalmente um ponto de desencontro: a função do *significante* não está em representar significados, mas representar um sujeito. Na cadeia de significantes, em suas relações de comutatividade e permutação (LACAN, 2003, p. 74), “o *significante*, por essência, é diferente dele mesmo, quer dizer que nada do sujeito poderia aí se identificar, sem se excluir dele” (LACAN, 2003, p. 418).

No início do *Seminário 9*, Lacan (2003) assinala que o importante quando da identificação do sujeito é a relação que este estabelece com o *significante*, ou melhor, aquilo que está implicado na experiência da linguagem. Para o psicanalista francês, o *significante* é puro traço da diferença, que confere valor e unidade ao sujeito, na tentativa de fazer “o Um como tal é o Outro” (LACAN, 2003, p. 49), ou seja, conferir *identidade* e *unidade*. Paradoxalmente, só há identidade (“eu”) em função da identificação ao Outro, no batimento identidade-alteridade.

Pensando essa produção de unidade para um sujeito, na fase que denomina *estádio do espelho*, Lacan (1996) explica que o Outro é uma via incontornável, em direção ao qual o sujeito coloca seu desejo. Esse processo de *identificação*, no qual o sujeito se reconhece no Outro (e reconhece o seu desejo como desejo do Outro), é a produção de um “eu-ideal”, mera imagem do sujeito, alienado em *outro* lugar. Nesse funcionamento identificatório especular, mesmo que o outro esteja na base de tudo, ele é apagado pela ordem simbólica, na cadeia *significante*, em que aparece como “mesmo do mesmo”. Com isso, o sujeito acredita-se a origem de si mesmo. Perde-se na “alteridade”, que crê ser “identidade”.

Em vista da máxima “o sujeito é *significante*” (LACAN, 2003 [1961], p. 37), podemos dizer que o sujeito só existe dentro dos limites da cadeia *significante*, como traço de uma ausência, sempre fugidia. Ao falar, paradoxalmente, *algo fal(t)a*, pois sempre há uma a-mais que fica por dizer, além de que o sujeito sempre fala de si em toda fala. O sujeito está no “entre dois” da função *significante*, na dependência ao *significante*. Como notação, diríamos: S – \$ – S (sujeito barrado entre significantes).

O sujeito, na reflexão lacaniana, é secundário ao *significante*: efeito do *significante* (LACAN, 2003, p. 345). Tal efeito subjetivo provém da diferença que o sujeito estabelece consigo mesmo, por isso *sujeito barrado* (\$)

[...] quando se trata de sua [do sujeito] relação com o *significante*, na medida em que vocês já sabem que tudo o que ensino da estrutura do sujeito, tal como tentamos articular a partir dessa relação com o *significante*, converge para a emergência desses momentos de *fading* propriamente ligados a essa batida em eclipse do que só aparece para desaparecer e reaparece para de novo

desaparecer, que é a marca do sujeito com tal. (LACAN, 2003, p. 136).

O desvio central de uma perspectiva como a lacaniana em relação ao projeto cartesiano é formulado pelo próprio Lacan (1998 [1957], p. 521), quando afirma que “penso onde não sou, logo sou onde não penso”. Se em Descartes a razão precede o ser (“penso para ser”), na imanência de sua existência, a Psicanálise entende que o pensamento não exige de forma alguma que se pense sobre ele. Disso somos levados a observar o funcionamento do inconsciente, que atesta que algo pensa (*isso pensa*) no lugar do eu, o que deixa claro que não se trata de falta de pensamento, mas de um modo de pensar a nível inconsciente.

Explicando a visão de Lacan sobre o sujeito, Fink (1998) nos diz que o lugar do sujeito é entre a linguagem (o Simbólico; as relações entre significantes) e o gozo (vinculado ao desejo). O psicanalista norte-americano argumenta que é o desejo do Outro que “põe” o sujeito no mundo e causa esse sujeito como ser desejante. Fink (1998) também nos auxilia em uma compreensão da ambiguidade inerente do termo “sujeito”: de um lado, o sujeito enquanto uma posição frente ao desejo do Outro (sujeito fixado); de outro, o sujeito como ente subjetivado, isto é, como aquele que faz a travessia do fantasma, que torna *seu* (subjetiva) aquilo que era alheio.

Isso nos encaminha a notar uma fase posterior do pensamento lacaniano, em seu seminário 20, *Mais, ainda*. Aí, Lacan (1985 [1972]) desloca o olhar da cadeia significativa para focar com mais precisão o gozo e sua relação com o desejo, marcando uma passagem do Simbólico para o Real. Desse modo, uma segunda definição que nos interessa para este momento é: “Para todo ser falante, a causa do desejo é estritamente, quanto à estrutura, equivalente, se posso dizer, à sua dobradura, quer dizer, ao que chamei sua divisão de sujeito” (LACAN, 1985, p. 172). Dito de outro modo: aquilo que causa o desejo é sua divisão no sujeito, que deseja e que é desejado; que deseja porque é desejado.

O *sujeito do desejo* engloba o *sujeito-efeito-do-significante*, mas vai além dele, pois introduz na instância significativa a substância gozante. Para conjugar o sujeito que resulta do significativo com a substância gozante, Lacan (1985) propõe a noção “falasser” (*parlêtre*), que trata do corpo como suporte do ser que está além do mundo da linguagem. Assim, o motor do sujeito é o desejo, mas é o gozo que ele tem por objetivo. “Gozar” do desejo do Outro, que nada mais é gozar do desejo que Outro tem por ele (sujeito). O Outro é tomado pelo sujeito como instância não-desejante, onde nada falta. É tornado a Coisa, em que se poderia gozar sem a lei simbólica (LACAN, 2003, p. 242). Portanto, o “gozo da Coisa” nos é adiado, inalcançável, pela ação do significativo, isto é, pela interdição do discurso do Outro (LACAN, 2003, p. 241). Por isso, somos “falta-a-ser”.

De outro modo, projetemos nos *outros* uma “libido” (“o líquido do desejo”, conforme Lacan (2003, p. 154)) e, sem percebermos, desejamos o que está em falta no outro. E só assim o desejo permanece e nós permanecemos com ele: justamente porque o desejo procura o que lhe falta que está em permanente movimento. No fim das contas, Lacan (2003, p. 154) é categórico ao concluir que o sujeito deseja o outro como ser desejante (faltante), amando o desejo que o outro tem por ele e amando-se nesse desejo.

O desejo gira em torno do “falo”, significante indizível, instrumento do próprio desejo, sob a ameaça da falta (da castração). Seu desejo está na repetição da demanda, ela própria capaz de suscitar a diferença (significante), pois, na repetição, o que era objeto de necessidade da demanda torna-se objeto desejado. É o nascimento do significante, partindo do desejo. E o que o sujeito deseja é o desejo do Outro (“tesouro de significantes”); deseja que o Outro o deseje. Para Lacan (2003, p. 356),

[...] a demanda do sujeito corresponde ao objeto *a* do Outro [...] o objeto *a* do sujeito torna-se a demanda do Outro. Essa relação de inversão é essencialmente a forma mais radical que podemos dar ao que se passa no neurótico; o que o neurótico visa, como objeto, é a demanda do Outro; o que o neurótico demanda, quando ele demanda apreender *a*, o inapreensível objeto de seu desejo, é *a*, objeto do Outro.

Em psicanálise, em uma visada lacaniana, é central a compreensão de que o sujeito tem estatuto *desejante*. Sujeito dos seus desejos e sujeito aos seus desejos. E é na fala (no *falo*) que se autentica o desejo, visto que repetimos sem cessar a demanda. Daí a compreensão de Lacan (2003) de que o desejo nunca é “puro”, nem existe por si mesmo. Na verdade, ele está sempre em remissão à demanda, que constitui a falta. A função do desejo é organizadora e fundante do sujeito: é o *a*, objeto de nosso desejo, que opera o corte no sujeito (\$) ; é o desejo que nos faz sujeitos clivados.

Podemos reter que, para a psicanálise lacaniana, o sujeito é o ponto de (des)encontro entre linguagem e desejo (do Outro). O sujeito se constitui na relação com o lugar do Outro (A), lugar em que se ordena a realidade simbólica, significante. Nesse sistema regular, da ordem significante, é que se aloca o desejo, que ameaça constantemente a sistematicidade da cadeia simbólica, apontando para a falta (real) do sujeito e, também, do Outro (A).

3 UM SUJEITO EM SUA RELAÇÃO AO SUJEITO NO MATERIALISMO DE ALTHUSSER

Sem deixar de beber da fonte da Psicanálise, mas agora do lado do Materialismo Histórico, Althusser (1978; 1996), também com um gesto de releitura (agora, Marx), discute o funcionamento da ideologia no processo de constituição dos sujeitos, por meio daquilo que nomeia *interpelação ideológica*. O autor entende que, para assegurar o modo de produção capitalista, o Estado necessita de Aparelhos que garantam sua permanência, reproduzindo a ideologia dominante. Estes Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) (como a Escola, a Igreja, a Imprensa etc.) são o palco em que se realiza a luta de classes, tanto na luta dos dominadores quanto na dos dominados. E nisso reside a contradição fundamental do sujeito e da ideologia: de um lado, ser sujeito significa ser

agente, autor, ser sujeito livre de suas práticas; por outro lado, ser sujeito é estar assujeitado e detido em coerções que o determinam.

Aqui, o conceito de *ideologia* é fundamental, pois é ela que “interpela os indivíduos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1996, p. 131), ou seja, é ela que convoca o sujeito a assumir uma posição, aos modos de uma interpelação policial (“ei, você aí”): “a ideologia ‘age’ [...] de maneira tal que ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos” (ALTHUSSER, 1996, p. 133). Essa visão de ideologia não a toma como deturpação da realidade, mas como a própria forma de relacionarmos-nos com ela. Entendida em seu funcionamento material, a ideologia só existe dentro de determinados aparelhos e suas práticas, dando pauta para ideias, crenças, atos etc. Ela é “eterna” porque sempre-já nos interpelou, visto que mesmo antes de nascer, já há uma posição esperando que o sujeito a ocupe. O sujeito aparece nesse circuito da ideologia como “termo central, decisivo, do qual depende tudo o mais [crenças, ideias, atos...]” (ibidem, p. 131), visto que, como nos diz Althusser (1996), não há prática sem ideologia, nem ideologia que não seja por e para sujeitos.

Faz parte da discussão althusseriana lidar com o estatuto jurídico do sujeito, em confronto com seu funcionamento dentro dos AIE. O modo de produção capitalista, explica o autor, requer a reprodução de certas condições de produção, assegurando a manutenção das forças produtivas. Nesse contexto, os AIE servem para proteger o aparelho do Estado, sob as comandas da ideologia (da classe) dominante. Uma das maneiras de que se revestem esses aparelhos é a ideologia jurídica, ideologia (formação ideológica regional) dominante na sociedade burguesa, que engendra uma forma-sujeito de direito com a qual todos os “bons sujeitos” devem identificar-se, isto é, sob o modo de um indivíduo localizável pelo Estado, a quem deve responder como sujeito responsável e, por isso, culpável. Um sujeito “consciente” de seus atos.

Ainda que dúbia em alguns momentos de sua teoria, a *forma-sujeito de direito* é central para Althusser (1978), pois indica com mais clareza o funcionamento circunscrito do sujeito, em sua “identidade jurídica”, reconhecendo-se (por direito) “livre”, para, assim, submeter-se “livremente” à ideologia dominante. Segundo o autor,

Foi com finalidades ideológicas precisas que a filosofia burguesa apoderou-se da noção jurídico-ideológica de *sujeito*, para dela fazer uma categoria filosófica, sua categoria filosófica nº 1, e para pôr a questão do Sujeito do conhecimento (o *ego cogito*, o sujeito transcendental kantiano ou husserliano etc.), da moral etc., e do Sujeito da história. (ALTHUSSER, 1978, p. 68, *grifos do autor*).

Acreditando em sua consciência, o sujeito se reconhece livremente nas ideias em que crê, reconhecendo também que deve “agir em acordo” com suas ideias. Porém, “suas ideias” não têm origem em si mesmo; na verdade, elas alimentam e são alimentadas pelos AIE, de sorte que o sujeito “age” na medida mesma em que é “agido” pelo sistema ideológico. Esta é sua evidência elementar: “eu sou eu”, que – Althusser não deixa escapar – faz ecoar o discurso bíblico cristão, na forma do “Eu sou o que sou”.

Similar ao funcionamento do Imaginário (Lacan), a Ideologia (Althusser) faz o sujeito assumir como evidente e natural o próprio fato de ser sujeito, quando na verdade isso não passa de um efeito ideológico elementar que torna óbvio que “eu sou eu”, com as implicações sociais e econômicas que isso traz. Reconhecendo-nos na ideologia, temos a “garantia” de que somos nós mesmos e de que somos insubstituíveis. Conforme comenta Althusser (1996), a ideologia assegura que nos tornemos o que já somos, e faz isso em função do reconhecimento do sujeito ao Sujeito da ideologia que o domina, processo que é apagado pelo próprio funcionamento ideológico. Reconhecendo o Sujeito, reconhecemo-nos n’Ele: só há *sujeitos* (religioso, filho, como nos exemplos de Althusser) em função de seu reconhecimento no *Sujeito* (Deus, Pai), o que encaminha o filósofo a concluir que a ideologia possui um caráter especular (refratário), porque assim como “os sujeitos necessitam do Sujeito”, também “o Sujeito precisa dos sujeitos” (ALTHUSSER, 1996, p. 137).

Em vista dessas relações de assujeitamento, poderíamos incorrer, então, no erro de crer que o autor prevê um sujeito que está fadado a repetir-se em suas determinações a partir da opressão do Estado. Entretanto, o próprio Althusser (1996, p. 140) se adianta sobre isso e aponta – ainda que sem aprofundar-se nisso – que quem fala de opressão, fala também de resistência ao aparelho repressor do Estado, na forma do “mau sujeito”, ou seja, daquele que não repete livremente sua submissão, mas, contrariamente, provoca intervenções nesse aparelho, por meio dos mesmos AIEs que permitem à ideologia dominante ascender e manter-se como tal: é nas brechas dos AIEs que a revolução pode vingar(-se).

4 PENSANDO O SUJEITO EM ANÁLISE DE DISCURSO COM PÊCHEUX

Será em referência direta aos pensamentos de Lacan e Althusser que Pêcheux (1997; 1995; 1990) fará importantes reflexões dentro do quadro teórico da Análise de Discurso (doravante, AD), pela filiação pecheuxtiana. Na verdade, as bases de sua teoria são afirmadas pelo próprio Pêcheux, junto a Fuchs (1997 [1975]), enfatizando que essa disciplina se funda em torno de um quadro epistemológico determinado, no qual reside a “articulação de três regiões do conhecimento científico” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163), ao que os autores especificam:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (ibidem, p. 163-164).

E logo acrescentam (ibidem, p. 164): “estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”.

Nesse sentido, o que propusemos nas seções anteriores permitiu-nos refletir, ainda que indiretamente, sobre essa conjuntura teórica de base em AD. Entendendo tais condições epistemológicas de constituição da disciplina, ressaltamos seu caráter de *entremeio*. Orlandi (2005, p. 21) afirma que é próprio ao estudo materialista do discurso explorar os limites da interpretação, “trabalhando a opacidade do texto e vendo nessa opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem”. E do sujeito em discurso, acrescentaríamos.

Como toda categoria conceitual, o “sujeito” tem uma história, e dentro do campo da AD esse percurso histórico de constituição passa por desenvolvimentos, avanços, recuos e redefinições. Ao longo de suas reflexões, durante cerca de quinze anos – considerando a publicação de *Análise Automática de Discurso*, em 1969, até sua morte, em 1983 – Pêcheux (re)formula seus trajetos teóricos e seus empreendimentos analíticos, que passam de uma consideração do discurso em uma maquinaria fecha até um olhar mais suscetível a deixar-se afetar por suas próprias consequências teóricas: permitir-se a inquietação inconsciente e a (in)determinação ideológica.

Dessa forma, não se trata de um sujeito do inconsciente (somente), nem de um sujeito assujeitado à ideologia (somente). O que Pêcheux (1995; 1990) vai buscar é justapor/contrapor inconsciente e ideologia, pensando-os como duas instâncias da constituição do sujeito do discurso, com suas particularidades. Contudo, essa aproximação não deve ser realizada de maneira inocente, nem inconsequente. O próprio Pêcheux (1995), em texto de 1978, tece uma autocrítica acerca de suas afirmações anteriores.

Um desses pontos de problema de articulação teórica está na sobreposição dos conceitos de *ideologia* e de *inconsciente*, que (e o próprio Pêcheux o reconhece) aparece em sua obra, em alguns momentos, como uma relação óbvia, retirando a especificidade de cada domínio. Segundo o autor (1995 [1978]), em *Só há causa daquilo que falha*, tratando de sua obra *Semântica e Discurso* (1995 [1975]), algo falhou ali na referência feita à psicanálise, mais precisamente a diluição de fronteiras entre o sujeito e o ego, ficando preso no nível do ego e, conseqüentemente, no assujeitamento pleno e sem falhas. O sujeito sempre aparecendo como um ponto de impasse (feliz empecilho!).

Como salienta Teixeira (1997), outra questão complexa e delicada que não foi bem trabalhada por Pêcheux naquela circunstância (em *Semântica e Discurso*) envolve a relação direta postulada entre Sujeito (Althusser) e Outro (Lacan). Afirmava Pêcheux (1995, p. 171): “a marca do inconsciente como ‘discurso do Outro’ designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’”. Teixeira (1997) entende que o sujeito de Althusser é aquele que está identificado ao Sujeito da forma dominante da ideologia, como um “Eu-ideal”, indicando que Althusser estaciona no nível do Imaginário de Lacan (*moi*); mas esta é somente a ponta do *iceberg*. Ainda no entendimento da autora, Pêcheux, relacionando ideologia e inconsciente por meio do *discurso*, é capaz de se desvencilhar das amarras imaginárias, mas para no Simbólico (o Outro completo, não-desejante), o que faria do assujeitamento à formação discursiva dominante um processo sem Real, ou seja, sem gozo, sem falhas. A falta da falta: eis o que falha em *Semântica e Discurso*. Contudo, o próprio Pêcheux (1995), em sua retificação, explica que

[...] a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, *mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente*. Não estamos, com isso, querendo sugerir que o lapso ou o ato falho seriam, como tais, as bases históricas de constituição das ideologias dominadas; a condição real de sua disjunção em relação à ideologia dominante se encontra na luta de classes como contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre. (PÊCHEUX, 1995, p. 301, *grifos nossos*).

No início dos anos de 1980, em seus escritos finais, Pêcheux (1990) apontará para novos caminhos que a AD deverá seguir. Nesse momento, a noção de *sujeito* reaparece com força total, agora inserido em mundo de práticas suscetíveis à falha, ao equívoco. A AD vai assumir uma posição diante de um Outro faltante/desejante (Real), o que possibilitará trabalhar sobre a falta/o desejo do sujeito, como aquele que pode, como afirma Teixeira (1997), questionar seu assujeitamento, visto ser faltoso em relação ao Outro também faltoso, impossibilitando uma identificação sem falhas. Em sua complexidade radical, o projeto pecheuxtiano retoma os pressupostos lacanianos, pelo qual o sujeito é sempre ameaça “por-vir”, um sujeito que é falado (determinado) e que é falante (desejante), no batimento entre estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 1990).

Entendendo os pontos em que a teoria aberta, podemos agora conceituar o sujeito para a AD, sem incorrer nos riscos de repetir limitações já atravessadas pela disciplina anteriormente. Dito isso, não é razoável simplificar o trabalho de Pêcheux a uma mera justaposição teórica entre materialismo e psicanálise. Orlandi (1999), comentando o caráter de entremeio da AD, argumenta que os estudos discursivos caminham pelas brechas das disciplinas a que se reportam, nas fronteiras que elas não perscrutam. O que Pêcheux (1990) vem propor é (re)colocar a problemática do *sujeito*, fora do subjetivismo idealista, como um ponto nodal entre as questões linguísticas. Objetiva-se explorar aquilo que o corte saussuriano delegou como “resto”, aquilo que ameaça constantemente a homogeneidade do sistema linguístico: esse é o lugar concedido ao sujeito e ao seu discurso. Como bem exprime Orlandi (1999, p. 15), em AD, “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

Consideramos, assim, que o sujeito funciona sob uma *forma-sujeito* histórica, isto é, sob uma existência histórica em forma de práticas (discursivas, mas não só). O sujeito, pela interpelação, reconhece-se como senhor de seu discurso, identificado aos sentidos circulantes na formação discursiva (aquilo que delimita o que pode ser dito e significado em determinadas condições de produção) que o domina, fornecendo a ele todo um sistema de evidências, dentre as quais o efeito ideológico elementar: “eu sou eu”, para retomar a expressão althusseriana.

Além disso, segundo Pêcheux (1995, p. 157), o sujeito deve ser compreendido “como processo (de representação) interior do não-sujeito constituído pela rede de significantes”, em referência mais implícita do que explícita aos postulados lacanianos acerca dos significantes na constituição subjetiva. Considerar o sujeito enquanto “processo de representação” de um “interior” a um “não-sujeito” é

constatar que o sujeito é *efeito* de sua determinação ideológica (processo sem sujeito, conforme Althusser (1978)). Na ilusão de “causa de si”, o sujeito esquece sua determinação pela ideologia, de um lado, e pelo inconsciente, de outro.

Em síntese, o *sujeito* para a AD, na contemporaneidade da disciplina, é descrito por Orlandi (1999) como duplamente constituído: interpelado pela *ideologia*, que o chama a ocupar seu lugar; e afetado pelo *inconsciente*, despossuído de suas intencionalidades. Ideologia e inconsciente materialmente ligados pela linguagem, sem serem confundidos. Não se trata de um sujeito como unidade biossocial, mas como um *corpo discursivo*, uma *posição* no discurso. Atravessado pela linguagem e pela história, o sujeito

[...] é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos. (ORLANDI, 1999, p. 49).

O objetivo aqui não é detalhar o *estatuto* do “sujeito” nos estudos discursivos atualmente, mas promover uma reflexão sobre sua constituição teórica e seu caráter transdisciplinar. Pela maneira com que estamos tomando o sujeito (nas vias da AD), marcado pelos (des)caminhos de Lacan e Althusser, entendemo-lo em sua ligação à ideologia jurídica em funcionamento na sociedade burguesa, produzindo-o como sujeito responsável e “ciente” de suas palavras, mas também sujeito ao inconsciente e, portanto, ao ato falho, ao equívoco, ao imprevisível no discurso.

A esse respeito, Mariani (2000) esclarece que a AD que se filia a Pêcheux não trabalha com um “sujeito da linguagem” (falante), mas sim com um “efeito-sujeito” de linguagem. Por conseguinte, para a pesquisadora, ao entrar no mundo, o sujeito se depara com uma realidade “prenhe” de sentidos e deve filiar-se a redes de memória para poder significar. No entanto, essa filiação não é exercida conscientemente e nem pode ser controlada de todo. Mais que isso, é repetindo os sentidos na filiação à formação discursiva que o domina que o sujeito faz algo falhar na repetição, momento de irrupção do equívoco, de sentidos em fuga pela porosidade significante. Instante fugaz em que o assujeitamento é posto em xeque.

Inserir um sujeito desejante nas tramas de um processo ideológico é abrir caminho para um furo na ordem de tal produção de assujeitamento. O que não quer dizer que ele não aconteça; segue (re)produzindo-se, mas afetado pelo “desbalanço” que o sujeito traz para essa configuração. Um processo que foi retificado por Pêcheux, que repensou sua proposta de “assujeitamento”, permitindo-se afetar pela relação constitutiva com o inconsciente, o qual funciona pelo *non-sens*, isto é, pelo (ainda) “sem-sentido”, resultando em uma interpelação como processo suscetível a falhas, deslizes, no qual a incompletude não pode ser suturada.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este nosso trajeto, um entre outros já percorridos ou ainda possíveis, visou esclarecer alguns pontos centrais sobre a constituição da noção de *sujeito*, pensando especificamente as implicações para o quadro referencial teórico em AD. Não tivemos pretensão alguma de exaurir a compreensão dessa noção, tanto em Filosofia, quanto em Psicanálise, ou mesmo em Análise de Discurso. O que propusemos foi tentar desautomatizar nosso olhar frente um conceito muito repetido, mas talvez pouco historicizado.

Enfocar Lacan e Althusser fez parte de nossa metodologia precisamente por levarmos em conta a afirmação de Pêcheux e Fuchs (1997) sobre dois dos pilares de sustentação da AD: uma teoria das ideologias com aporte no materialismo althusseriano e uma teoria da subjetividade de base psicanalítica, como a de Lacan. Iniciar por Descartes justificou-se na medida em que este inaugura um modo de pensar sobre o sujeito que se choca com os postulados de base em AD, que são na maioria das vezes assumidos como pressupostos. Em vista disso, uma de nossas intenções foi despontar fios de uma memória da/na teoria, a qual exige do analista de discurso um recuo teórico profícuo, frente à compreensão e apreensão do sujeito, de forma a trabalhar de maneira mais crítica com um conceito de tamanha proporção conceitual, como – acreditamos – foi possível observar.

Concluimos que o *sujeito* é um ponto central e nodal em AD, duplamente constituído, pela ideologia e pelo inconsciente. Essa tensa articulação teórica levou Pêcheux a reconfigurar as dimensões de suas análises e, inclusive, a compreensão de discurso, o que, em retorno, engendra sobre a disciplina um caráter de movimentação constante, em que sentidos e sujeitos estão expostos às contradições que lhes são fundantes. E esta é uma das funções que acreditamos que o *sujeito* vem representar para a AD: suportar sua própria heterogeneidade, sem recusar a contradição; longe disso, tirando proveito dela.

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 105-142, 1996.

ALTHUSSER, L. Resposta a John Lewis. In: _____. **Posições 1**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Trad. de Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Trad. de Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

FREUD, S. Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise, Conferência XXXI: a dissecação da personalidade psíquica. In: _____. **Edição standard brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud** (Vol. XXII, p. 63-84). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRIGOLETTO, E. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento da desidentificação. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, v. 1, p. 61-67, 2005.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. **Escritos**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, p. 496-533, 1998.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 97-103, 1996.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 9 (1961-1962): a identificação. Trad. de Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 20 (1972-1973): mais, ainda. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Trad. de M. O. Magno. 2a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n.1, p. 69-75, 2005.

MARIANI, B. Sujeito e sentido: efeitos de linguagem. In: XIII Encontro Nacional da ANPOLL, 2000, Campinas, Síntese Anpoll, 2000. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso, 1982.

NIETZSCHE, F. W. **Além do Bem e do Mal** (ou prelúdio de uma filosofia do futuro). Trad. de Marcos Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2004.

ORLANDI, E, P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E, P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Trad. de Bethania Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252.

TEIXEIRA, M. O “sujeito” é o “outro”? Uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 61-88, 1997.

VORSATZ, I. O sujeito da psicanálise e o sujeito da ciência: Descartes, Freud e Lacan. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 249-273, 2015.

Para citar este artigo

LACERDA, G. H. Algumas notas sobre a constituição da noção de sujeito em Análise de Discurso. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 9., n. 4., 2020, p. 72-87.

O Autor

Gustavo Haiden Lacerda é graduando em Letras (UEM) e bolsista de iniciação científica da Fundação Araucária.